

Serviço Social e educação: desafios do verbo esperançar

Adriana Freire Pereira Férriz,
Carlos Felipe Nunes Moreira,
Eliana Canteiro Bolorino Martins,
Ney Luiz Teixeira de Almeida e
Cristiano Costa de Carvalho
(Organizadores).

EDITORA IBERO-AMERICANA
CULTURA ACADÊMICA Editora

Serviço Social e educação: desafios do verbo esperançar

Adriana Freire Pereira Férriz,
Carlos Felipe Nunes Moreira,
Eliana Canteiro Bolorino Martins,
Ney Luiz Teixeira de Almeida e
Cristiano Costa de Carvalho
(Organizadores).

GEPESSE
Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na área da Educação

unesp

UERJ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CULTURA ACADÊMICA Editora

EDITORA IBERO-AMERICANA

FAPESP

CAPES

CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

S514

Serviço social e educação [recurso eletrônico] : desafios do verbo esperançar / organização Adriana Freire Pereira Férriz ... [et al.]. - 1. ed. - Bauru [SP] : Ibero-Americana de Educação ; Cultura Acadêmica, 2024.
recurso digital ; 10 MB

Formato: epub
Requisitos do sistema: adobe digital editions
Modo de acesso: world wide web
ISBN 978-65-86839-35-7 (recurso eletrônico)

1. Educação - Aspectos sociais - Brasil. 2. Serviço social - Aspectos educacionais. 3. Pesquisa Educacional. 4. Politica Educacional. 5. Livros eletrônicos. I. Férriz, Adriana Freire Pereira.

24-95166

CDD: 379
CDU: 37:364(81)

Gabriela Faray Ferreira Lopes - Bibliotecária - CRB-7/6643

14/11/2024 14/11/2024

DOI: 10.47519/EIAE.978-65-86839-35-7

Esta publicação recebeu financiamento: - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES - Brasil. PAEP-CAPES - Programa de Apoio a Eventos no País - Processo: 88881.879611/2023-01; - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CNPq - Chamada Universal - 18/2021 - Faixa - Grupos consolidados - Processo n. 407057/2021-8; - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) processo n. 2023/10930-7.

As opiniões, hipóteses, conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do(s) autor(es) e não necessariamente refletem a visão da CAPES, CNPq, FAPESP e dos PPGSS da UNESP, UERJ e UFBA.

Equipe Técnica
Editoração e organização

Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz
Editora Ibero-Americana de Educação
Editor

Alexander Vinicius Leite da Silva
Editora Ibero-Americana de Educação
Editor Adjunto Júnior

Déborah Crivellari
Editora Ibero-Americana de Educação
Editora e Revisora

Andressa Ciniciato
Editora Ibero-Americana de Educação
Assistente Editorial

Jonathan Teixeira
Editora Ibero-Americana de Educação
Designer, Capista e Diagramador

André Luís Cordeiro Lopes
Editora Ibero-Americana de Educação
Designer e Diagramador

André Vitor Gonçalves de Souza (MG)
Identidade Visual

Luma de Alencar Almeida (RJ)
Identidade Visual

Membros do Conselho Editorial

Editor

Dr. José Anderson Santos Cruz
FCLAr/Unesp

Editor Adjunto Jr.

Alexander Vinícius Leite da Silva
Unisagrado

Editores Associados

Arielly Kizzy Cunha
FAAC/Unesp

Carla Gorni
Centro Universitário UBM

Ivan Fortunato
Instituto Federal de São Paulo/Ufscar

Editora de Texto e Revisão

Déborah Crivellari
Unisagrado

Assistente Editorial

Andressa Ciniciato
Unisagrado

Editor Operacional

Flávio Moreira
UFSCar

Comitê Científico

Dra. Adriana Campani
UVA

Dr. Alfrâncio Ferreira Dias
UFS

Dra. Ana Paula Santana
UFSC

Me. Anaisa Alves de Moura
INTA - UNINTA

Dr. Ari Raimann
UFG

Dr. Breynner R. Oliveira
UFOP

Me. Caique Fernando da Silva Fistarol
FURB

Dra. Claudia Regina Mosca Giroto
Unesp

Dra. Cyntia Bailer
FURB

Dr. Eládio Sebastián Heredero
UFMS

Dra. Elisabete Cerutti
URI

Dr. Emerson Augusto de Medeiros
UFERSA

Dr. Fabiano Santos
UFMS

Dra. Fátima Elisabeth Denari
UFSCar

Dra. Helen Silveira Jardim de Oliveira
UFRJ

Dra. Iracema Campos Cusati
UPE

Dra. Kellcia Rezende Souza
UFGD

Dra. Leonor Paniago Rocha
UFJ

Dra. Liliane Parreira Tannus Gontijo
UFU

Dra. Maíra Darido da Cunha
FABE

Prof. Dr. Marcelo Siqueira Maia Vinagre Mocarzel
UCP

Dra. Maria Luiza Cardinale Baptista
UCS

Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy
FCLAr (Unesp) – UFSCar

Dra. Marta Furlan de Oliveira
UEL

Dra. Marta Silene Ferreira de Barros
UEL

Dra. Mirlene Ferreira Macedo Damázio
UFGD

Dr. Osmar Hélio Araújo
UFPB

Dra. Rosebelly Nunes Marques
Esalq (USP)

Dra. Sandra Pottmeier
UFSC

Dr. Sebastião de Souza Lemes
FCLAr (Unesp)

Dra. Shirlei de Souza Corrêa
Uniavan

Dr. Washington Cesar Shoite Nozu
UFGD

Comitê Internacional

Dr. Sidclay Bezerra de Souza
Universidad Católica del Maule

Dr. João Carlos Relvão Caetano
Universidade Aberta

Dr. Marc Marie Luc Philippe Jacquinet
Universidade Aberta

NOTAS DO PUBLISHER

Na Editora Ibero-Americana de Educação, nosso compromisso com a excelência se reflete em cada etapa do processo editorial, sempre guiados pela missão de produzir obras que tragam resultados excepcionais e atendam de forma satisfatória tanto aos autores quanto aos leitores. A revisão desta obra foi um processo enriquecedor, que exigiu dedicação, sensibilidade e um olhar atento às complexidades que permeiam o campo da educação.

Este livro não apenas informa, mas também envolve e emociona. Em comparação com edições anteriores, ele representa um marco significativo nos debates sobre o exercício profissional no contexto das políticas educacionais, oferecendo uma nova perspectiva e reafirmando a importância de uma compreensão crítica e contextualizada das dinâmicas educacionais. Esperamos que os argumentos aqui apresentados incentivem o leitor a investir tempo e reflexão, mergulhando em diferentes realidades educacionais que, embora diversas, compartilham questões fundamentais e formam a dinâmica contraditória e transformadora da política educacional contemporânea.

Desejamos que esta obra inspire reflexão e ação, e que continue a promover diálogos produtivos e transformadores sobre a educação em nossa sociedade.

Boa leitura!

José Anderson Santos Cruz
Editor-chefe da Editora Ibero-Americana de Educação

SUMÁRIO

PARTE I - CONFERÊNCIAS DO III SEMINÁRIO INTERNACIONAL E VII FÓRUM DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO – GEPESSE 23

Capítulo 1 - TENDÊNCIAS NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E INSERÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA NO BRASIL **24**

Por: Adriana Freire Pereira Férriz

Eliana Canteiro Bolorino Martins

Capítulo 2 - O RECONHECIMENTO DE ASSISTENTES SOCIAIS COMO PROFISSIONAIS DA E NA EDUCAÇÃO **42**

Por: Wagner Roberto do Amaral

Capítulo 3 - A ATUALIDADE E A RENOVAÇÃO DA EDUCAÇÃO POPULAR: DIÁLOGOS COM O SERVIÇO SOCIAL **60**

Por: Eblin Farage

Capítulo 4 - ATUALIDADE E RENOVAÇÃO DA EDUCAÇÃO POPULAR NO SERVIÇO SOCIAL: CINCO DESAFIOS NA ESFERA PARTICULAR DO FAZER PEDAGÓGICO **75**

Por: Carlos Felipe Nunes Moreira

Capítulo 5 - SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO EM ANGOLA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO PROFISSIONAL **86**

Por: Amor António Monteiro

Simão João Samba

Capítulo 6 - EL SISTEMA EDUCATIVO ARGENTINO. EL CASO DE LA PROVINCIA DE BUENOS AIRES: EDUCACIÓN Y TRABAJO SOCIAL **97**

Por: Eliana Gricel Vasquez

Capítulo 7 - LIVROS E COLETÂNEAS LANÇADOS NO III SEMINÁRIO INTERNACIONAL E IV FÓRUM DE SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO DO GEPESSE (2023) **111**

PARTE II - DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA DO TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS 120

Capítulo 1 - SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS PARA A PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO NEOLIBERAL DO SÉCULO XXI **121**

Por: Rafael Gonçalves dos Santos
Eliana Bolorino Canteiro Martins
Yukari Yamauchi Moraes

Capítulo 2 - EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA E SERVIÇO SOCIAL **138**

Por: Paula Cunha Guimarães Batatel Belmonte Santana

Capítulo 3 - O ENTRELACE ENTRE A DIMENSÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA E O TRABALHO SOCIOEDUCATIVO NO SERVIÇO SOCIAL **157**

Por: Williana Angelo

Capítulo 4 - PAULO FREIRE E OSSABERES NECESSÁRIOS: POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS **177**

Por: Fernanda Andrade Garcia
Gustavo José de Toledo Pedroso

Capítulo 5 - EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E RELAÇÕES ÉTNICO- RACIAIS NA CIDADE DE GOIÁS: CONSOLIDAÇÃO DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NA LUTA ANTIRRACISTA **192**

Por: Edgar Antônio Nery Alves Camelo
George Francisco Ceolin
Tereza Cristina Pires Favaro

Capítulo 6 - A TRAJETÓRIA DO NÚCLEO DE MAPEAMENTO EARTICULAÇÃO EM RUPTURA - O SERVIÇO SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA **209**

Por: Aline Miranda Cardoso
Arlene Vieira Trindade
Jéssica Oliveira Monteiro
Patricia Lima do Nascimento

PARTE III - EDUCAÇÃO BÁSICA.....222

Capítulo 1 - SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: ESTUDO INTERDISCIPLINAR **223**

Por: Elaine Cristina Estevam

Maria José de Oliveira Lima

Capítulo 2 - QUEM APRENDE COM FOME? POSSIBILIDADE DE ARTICULAÇÃO COM A REDE ATRAVÉS DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO **237**

Por: Eduardo Lima

Maria Fernanda Avila Coffi

Ewerton da Silva Ferreira

Capítulo 3 - ASSISTENTE SOCIAL E A INTERLOCUÇÃO COM A CATEGORIA DOCENTE NA EDUCAÇÃO: UM LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA **252**

Por: Amanda Bersacula

Zoia Prestes

Capítulo 4 - EDUCAÇÃO E ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS: UM OLHAR PARA A REALIDADE LONDRINENSE DURANTE O PERÍODO DE PANDEMIA (COVID-19) **270**

Por: Maria Gabriela Pereira da Silva

Ana Patrícia Pires Nalesso

Capítulo 5 - O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE – MG **286**

Por: Cristiano Costa de Carvalho

Eliana Bolorino Canteiro Martins

Eunice Paulo Chichava

Juliana Viegas Guimarães

Capítulo 6 - O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA DE CAMPINA GRANDE COMO EXPRESSÃO DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NO ESTADO DA PARAÍBA 304

Por: André Monteiro Moraes
Edna Medeiros do Nascimento
Kivania Karla Silva Albuquerque Cunha
Maria Dolores Melo do Nascimento
Maria Noalda Ramalho

PARTE IV - EDUCAÇÃO ESPECIAL, EJA E MOVIMENTOS SOCIAIS EM EDUCAÇÃO 321

Capítulo 1 - EDUCAÇÃO COMO FORMA DE INTEGRAÇÃO LOCAL PARA AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES REFUGIADOS 322

Por: Flávia Pacheco Sanchez
Andreia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni
Ariane Rego Paiva

Capítulo 2 - A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PARA MULHERES NEGRAS E A INCLUSÃO DIGITAL COMO FERRAMENTA EMANCIPATÓRIA 339

Por: Ana Laura Batista Marques
Maria Yumi Buzinelli Inaba

Capítulo 3 - DIÁLOGOS SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA 354

Por: Fábia Halana Fonseca Rodrigues Pita
Maria Francisca Máximo Dantas
Thélia Priscilla Paiva de Azevedo

Capítulo 4 - EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E EDUCAÇÃO PERMANENTE: A CONTRIBUIÇÃO DO NÚCLEO DE SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS NO CAMPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (NSEPP-UERJ) 368

Por: Ney Luiz Teixeira de Almeida

Natália Ibiapino Proença

Edilene Rodrigues de Santana Silva

Brenda do Nascimento Gama

Yasmin Oliveira Burgos

Capítulo 5 - RACISMO E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A INFÂNCIA E JUVENTUDE NEGRAS NO BRASIL 384

Por: Adeildo Vila Nova

Capítulo 6 - EDUCAÇÃO DO CAMPO: A RESISTÊNCIAEM PERMANENTE CONSTRUÇÃO 399

Por: Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago

Marize Rauber Engelbrecht

Vantuir Trevisol

PARTE V - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA 416

Capítulo 1 - PERCURSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL: DA GÊNESE ATÉ A CRIAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA 417

Por: Yara Dias Fernandes

Capítulo 2 - POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: A SUA IMPORTÂNCIA NA FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL 434

Por: Lilian Aparecida Carneiro Oliveira

Lilian Perdigão Caixêta Reis

Emmanuella Aparecida Miranda

Capítulo 3 - AS TENDÊNCIAS DO TRABALHO NA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO: AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E SUA RELAÇÃO COM A FORMA DE ORGANIZAÇÃO ESTATAL 447

Por: Débora Spotorno Moreira Machado Ferreira

Capítulo 4 - PAULO FREIRE: O INSPIRADOR DO ASSISTENTE SOCIAL QUE TRABALHA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA 465

Por: Nívia Barreto dos Anjos

Mariana Mendes Novais de Oliveira

Capítulo 5 - SAÚDE E BEM-ESTAR NO TRABALHO EM TEMPOS DE PANDEMIA: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE BEM COM A VIDA NO FORMATO ON-LINE 483

Por: Tatiana Pereira Sodré

Alexandra de Oliveira Rodrigues Marçulo

Wilma Moraes

Capítulo 6 - TENDÊNCIAS DO MUNDO DO TRABALHO: EXPRESSÕES DE UM *"MODUS OPERANDI"* NO LABOR DE ASSISTENTES SOCIAIS NOS IFETs 501

Por: Lígia da Nóbrega Fernandes

PARTE VI - ENSINO SUPERIOR 519

Capítulo 1 - ALÉM DA EQUIDADE: O ENGAJAMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO E PERMANÊNCIA INDÍGENA NO ENSINO SUPERIOR: REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DA UNICAMP 520

Por: Vanilda Soares Santos

Cibele Papa Palmeira

Vanessa Tank Piccirillo Komesu

Franciana Nogueira Correa

Sônia Maria Pereira

Capítulo 2 - O TRABALHO DAS (OS) ASSISTENTES SOCIAIS NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA **534**

Por: Joelma Mendes dos Santos

Capítulo 3 - A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (AE) NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS (IFES): UMA ARTICULAÇÃO ENTRE DIREITOS HUMANOS (DH) E POLÍTICAS SOCIAIS (PS) PARA EFETIVAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO **550**

Por: Célia Maria Grandini Albiero

Maísa Miralva da Silva

Ricardo Barbosa de Lima

Capítulo 4 - RELATO DE EXPERIÊNCIA - O TRABALHO DO(A) PROFISSIONAL ASSISTENTE SOCIAL NA UFPR: AÇÕES AFIRMATIVAS EM FOCO **567**

Por: Ivanice de Oliveira Candido Neres

Jaqueline Budny

Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago

Capítulo 5 - INDICADORES SOCIAIS E ANÁLISE SOCIOECONÔMICA: UM ESTUDO SOBRE A ATUAÇÃO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA **584**

Por: Merielle Martins Alves

Clara Rodrigues da Cunha Oliveira

Capítulo 6 - A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À UNIVERSIDADE PÚBLICA: MIGRAÇÃO, PERMANÊNCIA E OS FATORES SIMBÓLICOS NAS TRAJETÓRIAS ESTUDANTIS **599**

Por: Fernanda Rodrigues Arrais

Capítulo 6

TENDÊNCIAS DO MUNDO DO TRABALHO: EXPRESSÕES DE UM "*MODUS OPERANDI*" NO LABOR DE ASSISTENTES SOCIAIS NOS IFETs[1]

Por:
Lígia da Nóbrega Fernandes

Lígia da Nóbrega Fernandes[68]
https://doi.org/10.47519/eiae.p5c6

INTRODUÇÃO

A atual forma de sociabilidade deixa evidente a ofensiva mundial contra o trabalho assalariado. Essa ofensiva, dentre outras coisas, é expressão da exaustão do modo de produção capitalista que, para garantir sua existência necessita permanentemente (re)elaborar e encontrar formas estratégicas de obtenção de taxas de lucratividade, mesmo que isso signifique ampliar padrões de subjugamento e superexploração da força de trabalho assalariada.

Assim, em nome da ampliação das taxas de crescimento do capital, quase tudo passa a ser permitido e validado no mundo do trabalho, não sendo dessa forma à toa, o apelo as novas formas de gestão, controle e imposições de um "modus operandi" de trabalhar que a cada dia precariza e agrava a processualidade das condições de realização do trabalho em todas as suas dimensões, inclusive no campo da educação profissional e tecnológica dos IFETs em que se insere assistentes sociais como parte dos trabalhadores assalariados da política educacional enquanto uma das mediações indispensáveis à esfera da reprodução. É sob esses eixos que o presente ensaio teórico se coloca.

Para possibilitar sua melhor compreensão, ele será dividido em três momentos, incluindo as Considerações Finais. Dessa forma, no primeiro momento será explanado os "esgarçamentos" do mundo do trabalho assalariado e as tendências contemporâneas de reduzir a categoria ontológica do trabalho a uma mediação que visa apenas a lucratividade. No segundo momento, se apresenta a reflexão em relação às expressões de um "modus operandi" de trabalho para assistentes sociais que labutam nos IFETs e, por fim, é exposta as Considerações Finais que indica a necessidade de ampliar a resistência da categoria no campo teórico, ético, político e formativo enquanto uma das estratégias de não se avassalar completamente a um "modus operandi" de trabalho que impõe nesse espaço sócio-ocupacional a atuação pragmática e instrumental.

"ESGARÇAMENTOS" DO MUNDO DO TRABALHO ASSALARIADO: TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS

A existência social historicamente foi mediada pelo trabalho. Enquanto atividade humana essa condição histórico-social tornou possível diferentes saltos ontológicos (desenvolvimento da linguagem, aperfeiçoamento dos órgãos sensíveis, incorporação de novos conhecimentos etc.). Sob esse prisma, não se pode conceituar o trabalho como ato meramente biológico, mas constitutivo de um complexo que para além de ampliar a consciência dos indivíduos, possibilita desenvolver habilidades sociais, psíquicos/cognitivas estruturar a vida social e, portanto, a práxis humana. Dito de outro modo, essa é a forma socio-ontológica do

1 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

trabalho que se realiza inicialmente na relação intercambiante entre homem-natureza para satisfação de necessidades humanas.

Diante disso, é indispensável o reconhecimento da tese marxiana de que, o trabalho é uma categoria universal presente no desenvolvimento e ascensão de todas as formações sociais mediante a qual "[...] os homens produziram-se a si mesmos (isto é, se autoproduziram como resultado de sua própria atividade) tornando-se – para além de seres naturais – seres sociais" (Paulo Netto; Braz, 2006, p. 37, grifo do autor).

Isso se realiza na medida em que "[...] põe em movimento as forças naturais, pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos" (Marx, 2013, p. 255), aspecto que exige prefigurações/representações mentais/subjetivas antecipadas que, posteriormente se torna actu (ato) objetivado; atos que são mediados pelo trabalho e que, portanto, não são heranças da espécie humana – entendida enquanto categoria biológica que transmite características puramente genéticas –, mas são resultantes da ação do gênero humano – enquanto categoria histórico-social – cujas características se transmite exclusivamente por relações sociais, para desenvolver a formação das escolhas, comportamentos, atitudes e formas de ser dos indivíduos sociais.

Assim, a constituição onto-sociomaterial dos sujeitos só pode ser mediada por atos de trabalho, não sendo, portanto, uma determinação herdada por códigos genéticos, mas de atividades que se desenvolvem para atender as diferentes necessidades humanas.

Duarte (2013, p. 103), reconhece isso quando tece a diferenciação entre espécie e gênero humano:

> Os resultados da humanização histórico-social do gênero humano não se acumulam no organismo nem são transmitidos pela herança genética [...]. A herança genética transmite as características da espécie, na medida em que essas características se encontram materializadas no organismo humano, da mesma maneira que em qualquer outra espécie animal. Todos os seres humanos (salvo nos casos de anomalias genéticas) possuem as características fundamentais da espécie. O mesmo, porém, não acontece com as características fundamentais do gênero humano, na medida em que elas não são determinadas pela genética.

Admitindo o trabalho como criador da onto-sociomaterialidade das diversas formações sócio-históricas: da comunidade primitiva ao modo de produção capitalista, cabe agora atentar para o fato de que "[...] o ser social não se reduz ou [(se)] esgota no trabalho" (Paulo Netto; Braz, 2006, p. 37).

Tonet (2013, p. 93), também demarca essa concepção quando reitera, a partir do legado marxista:

> [...] Marx, não reduz o homem ao trabalho, nem afirma que o trabalho é o elemento que determina inteiramente a vida humana. Quem faz estas afirmações incorre no equívoco [...] de entender trabalho como trabalho abstrato, cuja base é o valor de troca, ignorando que o fio condutor do pensamento marxiano é o processo de autoconstrução do homem tomado sempre em nível ontológico. Contudo, Marx nem sequer afirma que o trabalho, em sentido ontológico, resume a totalidade das

> atividades humanas ou permite que dele sejam deduzidas todas elas. Para ele, o trabalho, em sentido ontológico, isto é, como atividade produtora de valores-de-uso, é o ato fundante do ser social e nesse sentido permanecerá como "lei eterna do devir humano". Mas, apenas ato fundante e não um ato que esgota o ser social.

Ou seja, embora o trabalho constitua a categoria fundante do mundo dos homens, como lembra Lessa (2012, p. 27), a vida social não pode se resumir aos atos de trabalho, uma vez que há outras objetivações humanas no conjunto das relações sociais que se autonomizam frente ao trabalho, a exemplo, da categoria da práxis; que transcende a objetivação primária do trabalho com objetivações materiais e ideais enquanto componentes inseparáveis que emergem no processo de autoconstrução humana.

Nessa dimensão, o trabalho por si, não esgota a complexidade do ser social, mas estrutura outras mediações, como frisam Paulo Netto e Braz (2006, p. 44, grifo do autor):

> A categoria da práxis permite apreender a riqueza do ser social desenvolvido: verificase, na e pela práxis, como, para além das suas objetivações primárias, constitutivas pelo trabalho, [(que)] o ser social se projeta e ser realiza nas objetivações materiais e ideais da ciência, da filosofia, da arte, construindo um mundo de produtos, obras e valores – um mundo social, humano, enfim, em que a espécie humana se converte inteiramente em gênero humano. Na sua amplitude, a categoria de práxis revela o homem como ser social criativo e autoprodutivo: ser da práxis, o homem é produto e criação da sua autoatividade, ele é o que (se) fez e (se) faz.

O que se percebe diante dessa discussão é a confluência teórica em reconhecer que mesmo sendo o trabalho a gênese do desenvolvimento dos primeiros atos sócio-históricos humanos – impulsionados por necessidades latentes de sobrevivência, esses atos em si não se esgotam; ao contrário, originam ou dão continuidade a outras mediações objetivas e subjetivas no conjunto das relações sociais que se estabelecem, contribuindo assim para fortalecer a concepção de Lessa (2012, p. 25) de que "[...] não pode haver existência social sem trabalho".

Partindo de tais princípios, logo se deduz que falar de trabalho, – estritamente no seu sentido ontológico –, é admitir que sua processualidade (que em um primeiro momento envolve a criação de valores de uso), viabiliza: a emancipação dos homens frente à natureza e sua autoconstrução em níveis mais elevados.

A importância do trabalho enquanto dimensão ontológica, paulatinamente vai tomando um patamar secundário – e até mesmo perdendo-se no conjunto das mediações. No capitalismo, sua primazia se converte em trabalho abstrato (produtor de valor); não por renúncia individual ou coletiva, mas pela imposição e necessidade de produção e reprodução capitalista que transforma o trabalho – de matriz ontológica – em trabalho abstrato, ou seja, num instrumento de subordinação e dominação do capital, na medida em que consegue impor o assalariamento da força de trabalho e sua venda.

Marx (2013, p. 124), faz esse destaque quando menciona:

> Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força humana de trabalho em sentido fisiológico, e graças a essa sua propriedade de trabalho humano igual ou abstrato ele gera o valor das mercadorias. Por outro lado, todo trabalho é dispêndio de força humana de trabalho numa forma específica, determinada à realização de um fim, e, nessa qualidade de trabalho concreto e útil, ele produz valores de uso.

A forma socio-ontológica do trabalho, enquanto fundante do ser social é uma acepção que se diferencia do trabalho abstrato na ordem do capital que tem como fim precípuo ser meramente produtor de mais-valor. Nessa ótica, precisa exercer predações para o avassalamento da classe trabalhadora, cujos demarcadores centrais se sustentam: no controle dos meios e do processo de produção, na conversão da força de trabalho em mercadoria descartável, na apropriação voraz da produção etc. Ou seja, subordinar o trabalho ao capital torna-se uma condição premente e indispensável do modo de produção capitalista "moderno", sob o risco da ameaça à sua própria existência.

Por isso não raro, ser engendrada sob a classe trabalhadora pressões contumazes que, em última instância se convertem em ganhos reais de mais-valor, lógica que, precisa ser capturada criticamente pelos profissionais de Serviço Social - dado principalmente seu horizonte profissional - para que seja possível engendrar forças de resistência que possam fazer frente às determinações intrinsecamente enraizadas nas formações socioeconômicas e históricas. Sem isso, entre outros, corre-se o risco de naturalização da gênese e separação entre os possuidores de dinheiro e de mercadoria, conforme sublinha Marx, além de adaptações à ordem posta:

> [...] a natureza não produz possuidores de dinheiro e de mercadorias, de um lado, e simples possuidores de suas próprias forças de trabalho, de outro. Essa não é uma relação histórico-natural [...], tão pouco uma relação social comum a todos os períodos históricos, mas é claramente o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto de muitas revoluções econômicas, da destruição de toda uma série de formas anteriores de produção social (Marx, 2013, p. 244).

O "segredo da criação de mais-valor" (Marx, 2013, p. 250) está, portanto, no triunfo da exploração da força de trabalho assalariada que se faz projetar em nível de grandeza lucrativa quando produz para além do tempo de trabalho socialmente necessário.

Em outras palavras, os ovos de ouro da geração de mais-valor revelam-se quando em determinada jornada de trabalho se consegue gerar em dado período de tempo, um valor para além do que é pago por essa jornada. O valor a mais gerado na produção ultrapassa, portanto, o valor pago pela força de trabalho.

Isso revela o interesse escuso da relação capital x trabalho no modo de produção capitalista, relação que se funda na necessidade de sempre querer ampliar valores a mais diante do que é pago para utilização da força de trabalho.

Marx (2013, p. 369), demonstra a incessante avidez capitalista por mais-valor quando afirma que "[...] a produção de mais-valor ou a extração de mais-trabalho constitui o conteúdo e a finalidade específicos da produção capitalista". E isso pode ser feito basicamente de duas formas: incrementando o mais-valor absoluto e/ou relativo.

O mais-valor absoluto se realiza quando da ampliação/extensão da jornada de trabalho sem que seja aumentado o valor do salário. O mais-valor relativo, por sua vez, é incrementado quando se reduz o tempo de trabalho necessário (para a reprodução dos trabalhadores/força de trabalho) e se acresce o tempo de trabalho excedente a partir do desenvolvimento das forças produtivas (meios, objeto e força de trabalho).

Nessa situação, é fundamental o auxílio do avanço técnico-científico, uma vez que "O capitalista que emprega o modo de produção aperfeiçoado é, portanto, capaz de apropriar-se de uma parte maior da jornada de trabalho [...] do que os demais capitalistas no mesmo ramo de produção" (Marx, 2013, p. 393).

Sobre o mais-valor absoluto e relativo, Marx (2013, p. 390), assim sintetiza:

> O mais-valor obtido pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de mais-valor absoluto; o mais-valor que, ao contrário, deriva da redução do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na proporção entre as duas partes da jornada de trabalho chamo de mais-valor relativo.

Cabe frisar diante dessa constatação que, enquanto momentos da realização do mais valor e do seu incremento; o mais-valor absoluto e relativo podem se realizar de forma vinculada no mesmo processo de trabalho.

Não se pode negar que a imposição direita dessa lógica é a submissão dos indivíduos ao mercado capitalista, tornando a força de trabalho "coisificada" em uma ordem de classe demarcada pelo controle social da produção e reprodução dos indivíduos e de classe. Lessa (2012, p. 28), estabelece de forma nítida a diferença entre trabalho enquanto categoria fundamente e trabalho abstrato ao explicitar que:

> O trabalho abstrato é a redução da capacidade produtiva humana a uma mercadoria, a força de trabalho, cujo preço é o salário. Todas as atividades humanas assalariadas são trabalho abstrato. O trabalho enquanto categoria fundante é o complexo que cumpre a função social de realizar o intercâmbio material do homem com a natureza, é o conjunto de relações sociais encarregado da reprodução da base material da sociedade.

Em outros termos, isso significa dizer que, o trabalho enquanto forma de reprodução social tornou-se mais controlado e subsumido. Nesse particular, cabe apontar que, como o trabalho produtor de mais-valor é o eixo movente da reprodução e continuidade do ciclo capitalista, será indispensável a existência de trabalhadores "livres" de quaisquer "amarras" para vender e trocar por qualquer valor sua força de trabalho. Assim sendo, mesmo que a venda da força de trabalho esteja sem nenhuma forma de proteção trabalhista, seu possuidor precisa dispô-la à venda para a economia mercantil-capitalista a qualquer preço, dado ser essa a única forma de manutenção de sua existência material e social.

Nesse particular, o que se impõe para o trabalhador diante da necessidade material de manutenção de sua sobrevivência mínima, é a necessidade de alienar sua força de trabalho por um período para um comprador como forma de gerar mais valor para esse.

Sobre a criação de mais-valor Marini (2013, p. 171), assim expõe:

> A produção e acumulação capitalista tem como mecanismo fundamental a criação de mais-valia. Basicamente, esta corresponde à diferença entre o valor produzido pelo trabalhador e a parte que lhe é devolvida, devolução que se faz sob várias formas, dentre as quais a mais geral é o salário. Considerada a partir do outro extremo dessa relação, a mais-valia é a parte do valor produzido pelo trabalhador da qual se apropria o proprietário dos meios de produção, isto é, o capitalista. A taxa de mais-valia consiste na relação existente entre o valor da parte apropriada pelo capital e o valor restituído ao trabalhador, qualquer que seja sua forma.

É por essa razão que capacidades corporais e intelectuais dos trabalhadores tornam-se mercadorias intercambiáveis por valores irrisórios, situação que se impõe com muita veemência, sobretudo a partir da crise estrutural do capital iniciada entre 1929-1932.

A crise de 1929 é considerada a maior crise planetária da história vivenciada pelo capitalismo mundial até esse momento (Behring, 2016, p. 68). Deflagra em todo sistema econômico e financeiro internacional uma espiral de colapsos, cuja face emblemática se expressou na queda da Bolsa de Valores de Nova York e, em decorrência: diminuição e escassez nos superlucros, comprometimento e queda do consumo e aumento nas taxas de desemprego.

Há de se atentar, no entanto, que esse fenômeno não foi único, passageiro ou estanque, ao contrário, continuou tendo oscilações cíclicas e existindo como parte do processo global de acumulação do capital. Netto (2012, p. 415-416), demonstra isso ao afirmar que:

> A primeira destas crises emergiu em 1873, tendo como cenário principal a Europa e se prolongou cerca de 23 anos; marcada por uma depressão de mais de duas décadas, ela só se encerrou em 1896. A segunda crise sistêmica que o capita lismo experimentou explodiu em 1929 e, como todo mundo sabe, foi catastrófica; não teve por espaço apenas uma região geopolítica determinada: ela envolveu o globo; durou em torno de dezesseis anos e só foi ultrapassada no segundo pós-guerra (Grifos nossos).

Conforme explicita, as crises fazem parte da dinâmica capitalista, uma vez que "não existe capitalismo sem crise" (Netto, 2012, p. 415), o que pressupõe dizer que frente essas também haverá estratégias para alavancar os índices de acumulação quando esse estiver sob ameaça.

No cenário contemporâneo, comandado pela quase completa racionalização e incremento técnico-científico do trabalho, isso torna-se mais viável na medida em que se agregam na processualidade do labor, velhas-novas práticas gerencialistas inspiradas nos modelos produtivos do fordismo, do taylorismo e Toyotismo; aperfeiçoadas a partir dos valores neoliberais, da reestruturação produtiva, de minimização do Estado e flexibilização trabalhista, cujo resultado não poderia ser outro, a não ser, a nítida redução dos direitos sociais, cujas expressões mais contundentes são: a uberização universal do trabalho, o esgarçamento de suas relações e condições, desmanche progressivo das relações salariais, contratuais e organizativa da classe trabalhadora.

As tendências formatadas no mundo do trabalho na contemporaneidade são de: segmentos expressivos de trabalhadores urbanos na informalidade, força de trabalho desalentada, trabalhadores domésticos, de exércitos de inempregáveis. Essa tendência se articula às crises globais e conjunturais de dificuldades de crescimento das taxas de acumulação do

capital. No entanto, quando aglutinada à crise global de saúde pública de emergência internacional, como foi o caso da Covid-19, o quadro de precarização das condições de trabalho se complexifica sobremaneira, uma vez que ganha maior força o trabalho flexível e desprotegido, cuja força motriz está fincada na reestruturação produtiva como estratégia para recomposição das taxas de acumulação do capital que, formata no cenário planetário, impactos sem precedentes para a divisão social e técnica do trabalho orquestrado pelas novas formas de gestão e organização do labor.

De acordo com Antunes (2001, p. 39), "[...] a reestruturação produtiva do capital nasce a partir de meados dos anos 70 quando se deu um claro sinal de manifestação crítica do capitalismo [...]". Ou seja, sua gênese, assim como a programática neoliberal também se firma na necessidade de resposta de alavancar os índices de acumulação capitalista.

De maneira sintética, a reestruturação produtiva foca na centralidade da racionalização do trabalho. Isso inclui acirramento do gerenciamento do labor por meio principalmente do incremento da tecnologia.

Como forma de racionalizar o trabalho, a reestruturação produtiva do capital tem como princípios: necessidade de intensificação do trabalho visando o alcance do controle de tempos e movimentos laborais; trabalho polivalente na perspectiva de diminuição no número de contratação da força de trabalho; externalização do trabalho propugnando que esse possa ser realizado fora de seu lócus de realização; defesa da informalidade do trabalho, acirramento da concorrência e desregulamentação laboral como forma de barateamento de seus custos e, por conseguinte, rebaixamento nas remunerações; incentivo à desfiliação sindical e ao individualismo no trabalho como forma de ruir lutas por direitos coletivos bem como ao trabalho informal e desprotegido pela legislação trabalhista.

Isso impõe uma nova morfologia ao mundo do trabalho, a da chamada precarização trabalhista e salarial como traço demarcado do modo de ser do capitalismo na sua fase mais profunda de crise. Alves (2013, p. 236), sobre os imperativos dos mercados que invocam a precariedade e degradação das remunerações e dos contratos trabalhistas explicita:

> A precarização do trabalho é um traço estrutural do modo de produção capitalista, possuindo, entretanto, formas de ser no plano da efetividade histórica. Por natureza, a força de trabalho como mercadoria está imersa numa precariedade salarial que pode assumir a forma de precariedade salarial extrema ou, então, de precariedade salarial regulada. O que regula os tons da precariedade salarial é a correlação de forca e poder entre as classes sociais. É, portanto, uma regulação social e política.

Esse cenário impõe exigências universais para uma racionalização eficaz e eficiente do trabalho em todos os espaços sócio-ocupacionais do modo de produção capitalista, não isentando dessa forma assistentes sociais que labutam nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, no instante em que são impostas sobre os profissionais exigências de um "modus operandi" de trabalho.

EXPRESSÕES DE UM "MODUS OPERANDI" DE TRABALHO PARA ASSISTENTES SOCIAIS DOS IFETs

Para além de ter "[...] um papel fundamental na reprodução do ser social", dado que possibilita a indexação/ampliação de diferentes capacidades, a educação no processo de expansão capitalista é parte de um complexo social que ocupou - e tem ocupado - cada vez mais um lugar estratégico na dinâmica da reprodução. Primeiro por sua capacidade de "instrumentalizar" as forças produtivas e, segundo, por se situar em um campo de disputa e legitimação ideológica que é necessária a própria lógica capitalista de ser. Assim sendo, se temos hoje na dinâmica do capital uma crise metabólica e sistêmica de sua reprodução, por óbvio que a educação enquanto parte inseparável do sistema e da reprodução social, é diretamente enredada, dado que figura como um dos seus pilares fundamentais. Mészáros (2008, p. 35) ao fazer essa análise ressalta:

> A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu - no seu todo - ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que *legitima* os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa a gestão da sociedade [...].

Por isso não ser à toa nas últimas décadas, a educação paulatinamente torna-se um grande nicho vendável e rentável para o capital. Tonet (2012, p. 32) alerta que; "Isto acontece porque, como consequência direta de sua crise, o capital precisa apoderar-se, de modo cada vez mais intenso, de novas áreas para investir [...]". Daí a intensificação do processo de privatização e transformação da educação em mercadoria-objeto de interesse do capital financeiro, cada vez mais capturada pelos fundos de investimentos financeiros dos mercados bursáteis para fins lucrativos. Coaduna com esse empresariamento nos diferentes níveis: a intensificação/expansão da Educação à Distância, a venda apostilada de materiais educativos, o gerenciamento escolar e a própria formação dos docentes. Sobre isso, alerta Oliveira (2009):

> Além da oferta de vagas, presenciais ou a distância, tanto na educação básica quanto, em maior escala, na superior, difundiram-se outras atividades comerciais. No ensino básico, cresceu a venda de materiais pedagógicos e "pacotes" educacionais, que incluem aluguel de marca, pelo mecanismo de franquias, avaliação e formação em serviço do professor. Tais atividades são desenvolvidas por algumas das grandes redes de escolas privadas, como os Cursos Osvaldo Cruz (COC), Objetivo, Positivo e Pitágoras. Mais recentemente, esse grupo de instituições tem avançado sobre os sistemas públicos de educação básica, vendendo materiais apostilados para redes municipais e estaduais, tendo os mesmos avaliados no âmbito do programa nacional do livro didático (PNLD).

Nesse patamar se destaca, a necessidade de "adestramento" sem crítica da força de trabalho, encapsulada pelo discurso da formação humana/ "cidadã", "patriota/nacionalista", que de forma autoritária e sem participação efetiva - principalmente - de trabalhadores da educação, subverte conteúdos educacionais das matrizes curriculares.

A centralidade dessa narrativa - que em si traz prejuízos teórico-políticos para a maioria pauperizada; é fortalecida, sustenta-se e ganha legitimidade na ideia de que as adaptações educacionais - (a contrarreforma do Ensino Médio figura como grande exemplo) -, são ajustamentos indispensáveis do mundo do trabalho, pois em seu fim último, cria condições de competitividade e crescimento econômico a partir do "avanço" do "capital humano.

Colocar em prática tendências contra-hegemômicas que subverta a lógica de funcionalidade da atual política educacional que é sobretudo controlada pelas principais agências de fomento/financiamento, como o Fundo Monetário Internacional-FMI e Banco Mundial, tornou-se um enorme desafio, pois se o Estado burguês controla todo sistema educacional, que inclui a pesquisa e o desenvolvimento técnico-científico, obviamente que manter a classe trabalhadora em estágio de ignorância e alheamento à totalidade histórica, política, econômica e educacional são "metas" a serem perseguidas para o "bom fluir" dos fins lucrativos. Nesse sentido, como se situa globalmente a educação profissional e tecnológica e o exercício profissionais de assistentes sociais no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia?

Até o século XVII o ensino técnico não apresentava interconexões como o mundo da produção e do trabalho (Bazzo *et al*. 2008, p. 24-25). As forças produtivas e as relações de produção preservavam habilidades artesanais/manuais, se organizavam em regime doméstico, coletivo e manufatureiro. Petitat (1994 *apud* Bazzo *et al*, 2008, p. 24), explicita com muita clareza esse momento quando afirma:

> Até o século 17, a ideia de escola implicava basicamente a difusão de conteúdos simbólicos distantes da produção econômica. Tinha um sentido de conferir cultura (erudita ou enciclopédica), alfabetização e retórica aos filhos daqueles que se destacavam na sociedade. Em essência, era responsabilidade da escola treinar indivíduos para habilitá-los para o trato de assuntos como leitura, escrita, cálculos, dogmas religiosos, leis civis e filosofias.

Com a ampliação dos mercados, e a acumulação "primitiva" do capital, a forma organizativa da produção e do trabalho impõe a necessidade de ampliar a separação entre possuidores dos meios de produção x força de trabalho, apropriação privada da riqueza gerada socialmente, escoamento globalizado das mercadorias, treinamento de habilidades técnicas com intuito de conectar a força de trabalho ao mundo da produção. É assim que, para além do ensino enciclopédico, a partir do século XVII, o ensino técnico é sistematizado enquanto resposta às necessidades do mundo da produção e da acumulação. Atravessado pelo avanço técnico-científico, essa sistemática visa privilegiar uma abordagem teórico-técnica aplicada ao trabalho, conforme reconhece Bazzo *et al*. (2008, p. 24):

> [...] uma nova forma de ensino aparece, constituindo uma grande novidade no sistema educacional: *o ensino técnico.* Como organização, esse novo ensino representava um modelo independente da antiga forma de se praticar essa atividade social. E esse novo modelo começava pela abordagem de trabalhos aplicados dentro das escolas, que consistia numa extensão das práticas técnicas e científicas (grifos nossos).

A formação da força de trabalho brasileira tem sua base piramidal assentada na utilização predatória da superexploração da força de trabalho negra e escrava de estrutura agrária "consagrada". Em parte, isso explica uma expansão tardia do sistema "universal" de educacional, atraso no desenvolvimento tecnológico em relação aos países imperialistas e, consequentemente, uma inserção periférica e subordinada do país ao capital internacional. É justamente para essa base piramidal que o ensino técnico e, particularmente a política de educação profissional e tecnologia se desenvolve no Brasil.

Atravessada pela dualidade entre formação para o trabalho complexo e simples, a política de educação profissional e tecnologia brasileira é inarredável das atuais formas de organizar e gerir o atual modo de produção capitalista. Assim sendo, ela tem se configurado como um componente indispensável e inseparável dos processos de recomposição das taxas de acumulação do capital global.

Vinculada à nova forma de acumulação e ao seu modo de produzir, a política educacional de formação para o trabalho se mantém acoplada com o "mundo" do trabalho e suas transformações, visto que nestas são mantidas as chaves reais de possibilidades para exploração do trabalho e extração de lucros extraordinários. No entanto, é bem provável que estão à margem dessa interpretação crítica -, mas não de forma proposital - um conjunto de jovens que se inserem na educação profissional e tecnológica dos IFETs, cuja expansão vertiginosa se deu no Brasil a partir do ano de 2008.

A opção programática de expansão da política de educação profissional e tecnológica dos IFETs está centrada no ensino para desenvolver competências e habilidades instrumentais. Por isso, que, em geral, a base que norteia os conteúdos formativos, se guiam pela necessidade de alargar inteligências prático-instrumentais que é capitaneada pelo discurso ideológico da empregabilidade imediata. Isso em grande medida "seduz" boa parte dos estudantes, que, capturados pela lógica capitalista do consumo de mercadorias, e pela possibilidade de ascensão sócio material, internalizam a formação profissional e tecnológica enquanto soluções de seus problemas, que se sabe, com raras exceções, não são resolvidas com essa formação.

Conjugadas à política de expansão dos IFETs como expressão estratégica de captura de mais-valor a partir da absorção pelo mundo do labor de jovens trabalhadores - na sua maioria com formação para o trabalho simples, insere-se nas diferente unidades dos IFETs no Brasil, jovens que na sua maioria têm perfis socialmente determinados, uma vez que grande parte são filhos/filhas da classe trabalhadora que carregam marcas: da ausência ou precários acesso aos serviços básicos de saúde e medicamentos, da violência doméstica familiar, do desemprego/subemprego estrutural/conjuntural, de vivências racistas, homofóbicas, xenofóbicas, etaristas, do baixo desempenho educacional, de conflitos relacionais com a família etc.

São marcas de uma herança transgeracional que determina em maior ou menor grau, a mobilidade educacional discente no qual permite afirmar que, fatores extraescolares são capazes de representar óbices para a permanência escolar, repetência e o abandono da trajetória educacional. Nesse particular, nem sempre a ampliação e democratização do acesso ao ensino técnico como aconteceu a partir de 2008 no Brasil por meio dos IFETs, pode significar igualdade de oportunidades, uma vez que famílias com composição social desiguais, entrecortadas pelo fenômeno do desemprego e desigualdades na renda, podem apresentar

índices de desistências, reprovações e evasões mais ampliadas se comparada às famílias com maior estabilidade social. Nesse sentido, o desempenho educacional discente não se relaciona apenas às condições acadêmicas, mas envolve situações extraescolares que são decisivas no acesso, permanência e terminalidade de cursos.

> As causas do fracasso escolar são múltiplas e complexas. Diversos fatores intra e extraescolares influenciam uma permanência ou abandono da escola pelo aluno. Do ponto de vista dos condicionantes extraescolares, fatores como escolaridade dos pais, renda, arranjo familiar, número de filhos, sexo e raça já se encontram consolidados na Sociologia da Educação como elementos-chave para explicar o sucesso e o fracasso escolar, assim como a manutenção do ciclo intergeracional de pobreza (Canaan *et al*, 2013, p. 302-303).

Esse conjunto multifatorial, dentro dos IFETs, constituem expressões da "questão social" contemporânea no campo educacional, e não pode ser desconsiderado que, são originadas no próprio movimento de crise, recomposição e acumulação do capital que em seu fim último, incide sobre os estudantes - e sem reservas -, no cotidiano laboral dos/das assistentes sociais que passam cada vez mais ser demandados a atender às necessidades sociais postas por esse cenário.

Isso significa em outros termos afirmar que, as tendências de crise da acumulação, de redefinições do mundo do trabalho e complexificação da "questão social" apontadas até aqui, se entrelaçam e se revertem em ameaças para os/as assistentes sociais dos IFETs enquanto parte do conjunto dos trabalhadores assalariados, cuja atividade também compõe o universo da valorização do capital.

Enquanto parte da classe trabalhadora, a venda de trabalho dos assistentes sociais enquanto "mercadoria força de trabalho", torna-se também submetida aos mesmos dilemas e constrangimentos comuns a todos os trabalhadores assalariados, uma vez que, para colocar em movimento a força laboral - seja no âmbito dos IFETs ou em outros espaços sócio-ocupacionais -, os profissionais necessitam de meios e instrumentos de trabalho que, não sendo de propriedade dos assistentes sociais, devem ser colocados à disposição pelos empregadores institucionais enquanto condição para o desenvolvimento dos programas, projetos e serviços.

Ou seja, é condição para pôr em movimento a força de trabalho dos/das assistentes sociais, além da base teórico-metodológica adquirida na formação e na educação permanente, que as entidades empregadoras além de estabelecerem "demandas e prioridades a serem atendidas" por meio "programas, projetos e atendimentos a diretos previstos pelas políticas institucionais", disponham de parte dos meios ou recursos materiais, humanos, físicos, financeiros necessários à sua realização. Sob essa lógica, não é demais afirmar que o/a assistentes sociais no interior dos IFETs - ou em qualquer outro espaço ocupacional - "[...] não tem o poder de livremente estabelecer suas prioridades, seu modo de operar, acessar todos os recursos necessários, direcionar o trabalho exclusivamente segundo suas intenções [...], o que por outro lado, não elimina sua autonomia relativa no terreno institucional e resistência para potencializar outros rumos às ações que melhor atendam os interesses dos segmentos mais pauperizados (Iamamoto, 2007, p. 421-422). De maneira sintética, as determinações impostas ao trabalho

concreto dos assistentes sociais, enquanto parte da geração do valor extraordinário que indispensavelmente é gerenciado pelos empregadores, é exposto por Iamamoto (2007, p. 215), da seguinte forma:

> Os empregadores determinam as necessidades sociais que o trabalho do assistente social deve responder; delimitam a matéria sobre a qual incide esse trabalho; interferem nas condições em que se operam os atendimentos assim como os seus efeitos na reprodução das relações sociais. Eles impõem, ainda, exigências trabalhistas e ocupacionais aos seus empregados especializados e mediam as relações com o trabalho coletivo por eles articulado.

Nos IFETs, dada as determinações impostas à política educacional nacional com tendência de retrações, imposições e implementação de agendas neoliberais, influxo de práticas controlistas/gerenciais do trabalho[2] enquanto resposta ao influxo da reestruturação produtiva; o labor profissional dos assistentes sociais assume paulatinamente - (mas, não sem resistência) - um "modus operandi" de trabalhar, pois não raro, o corpo administrativo/ gerencial dos IFETs, exigem dos assistentes sociais:

- Atividades instrumentais de caráter *conferencial documental e "triagem" de informações socioeconômicas* para inserção de discentes na Política de Assistência Estudantil, destacando nessa seara, elaborações de planilhas financeiras mensais com ordem de pagamento dos "auxílios" estudantis;
- Atividades sistêmicas situadas no campo da *psico-ação*, dado o avanço no âmbito dos IFETs: de ideações suicidas, da violência autoprovocada, do aumento de doenças psicossomáticas como ansiedade, depressão e, diferentes tipos de transtornos do neurodesenvolvimento, a exemplo do Transtor-

2 O controle do tempo de trabalho vem sendo implantado nas diferentes unidades do país por meio do ponto eletrônico biométrico. Essa ferramenta, gerida por um Sistema Unificado de Administração Pública-SUAP foi criada no ano de 2006 pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do R. G. do Norte-IFRN. Dentre outras coisas, esse instrumento de gestão administrativa permite registrar de forma eletrônica, até mesmo segundos de atraso dos servidores, sinalizando, caso isso ocorra, a necessidade de reposição desse tempo. No entanto, caso seja registrada excedência de segundos, minutos ou horas a mais trabalhadas, o sistema não permite acúmulo de tempo/banco de horas, o que de outra forma, significa apropriação estatal do tempo trabalhado. Fonte: SUAP-Sistema Unificado de Administração Pública: um software desenvolvido por uma instituição pública para instituições públicas. Disponível em: <Conheça o SUAP (ifrn.edu.br)>. Acesso em: 07 de set. 2023.

no do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), Transtorno do Espectro Autista, Deficiência Intelectual etc.;

- Ações voltadas para *validação e regulagem de comportamentos* considerados indispensáveis para a "boa" funcionalidade ifetiana;
- Mediações familiares que suscitam - muitas vezes - *culpabilização de pais, responsáveis ou da família extensa* por situações que se sabe estão imersas e não são determinadas pela estrutura familiar;
- Visitas Sociais Domiciliares de cunho fiscalizador; - Ações fiscalizatórias em relação ao uso dos auxílios estudantis;
- Atendimento e desenvolvimento de atividades com explanação verbal atravessada por valores, concepções e posições religiosas e preconceituosas;
- *Requisições* de Parecer Social, como parte da opinião técnica profissional frente a dotações orçamentárias ínfimas para *redirecionar a aplicabilidade de recurso das áreas* do Programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES[3].

Há de salientar que esse "modus operandi" do labor profissional no âmbito dos IFETs - e nos diferentes espaços laborais - consolida e reafirma suportes conservadores, de apreensão manipuladora, objetiva, imediatista, instrumental, pragmática e descritiva do ser social. São componentes que atendem os interesses da acumulação e da dominação do capital enquanto tendências gerais do mundo do trabalho e do capitalismo mundializado e financeirizado (Cfess, 2022, p. 85), conclamando dessa forma, o afastamento de análises teórico-metodológica, ético-política, técnico-operativa, investigativa de base ontológica na medida em que, o "novo-velho" mundo do trabalho, precisa de atuações intuitivas, fragmentadas e efêmeras, que contradiz análises da totalidade histórica, como é a dialética materialista que busca captar a essência, a estrutura e dinâmica da realidade social com a elevação do abstrato ao concreto enquanto forma de compreender o homem ativo e real, na sua práxis social.

Esses componentes "racionalistas" da estrutura controlista do capital sobre o trabalho imprimem no exercício profissional degradações e constrangimentos nas condições e relações de trabalho no âmbito dos IFETs. Por isso, hoje mais do que nunca não ser difícil encontrar no interior das diferentes unidades dos IFETs do Brasil enquanto instituições de natureza empregadora pública, tendências como:

3 Importa destacar que, conforme o Decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010 que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, as ações de assistência estudantil deverão ser desenvolvidas em diferentes áreas como: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, creche etc. No entanto, dada dotação orçamentária que contemple todas as áreas, aquelas tornadas prioritárias no âmbito dos IFETs, são as ligadas mais imediatamente ao acesso (transporte) e a sobrevivência mais imediata (alimentação). Porém, muitas vezes os/as assistentes sociais são pressionados/as - por suas chefias imediatas - a emitir opinião técnica por meio de Pareceres Sociais, permitindo redirecionar o investimento para além dessas necessidades mais urgentes.

- Trabalhadores/as sem condições éticas e técnicas de trabalho ao arrepio da Resolução do CFESS nº 493/2006, que disciplina condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social;

- *Profissionais com sintomatologia de: cansaço exagerado, isolamento, irritação constante, dor musculoesquelética*[4] *e psicossomáticas*[5] *que causam desgastes físicos e mentais;*

- *Assistentes sociais usando o horário do não trabalho para encaminhamentos de atividades laborais* que, mediadas pela "vigilância digital" proporcionada pela proliferação da Tecnologia da Informação e da Comunicação, impõe aos profissionais disponibilidade e exposição permanente para o labor a qualquer hora do dia ou noite, mas *cuja carga horária é completamente ignorada pelas chefias imediatas e colegas de trabalho*;

- *Aumento no dispêndio de energias pessoais* para acionamento do trabalho, dada a complexificação da "*questão social*" nos espaços cotidianos que exige, cada vez mais nos atendimentos das demandas individuais, maior debruço de tempo de trabalho para escuta qualificada, socialização de informações e encaminhamentos que, - não raro - se converte em prolongamento do tempo de trabalho para além da jornada estabelecida institucionalmente;

- *Ampliação de atividades institucionais muitas vezes não mensurável quantitativamente* como: respostas a *e-mails* e *whatsApps*, participação em reuniões colegiadas/pedagógicas/administrativas, elaboração de Editais da Assistência Estudantil, Pareceres e Relatórios Sócio-Técnicos, Registro de Atendimentos etc.

- *Incidência de instauração de Sindicância ou Processos Administrativos Disciplinares-PADs* relacionados à apuração de infração relativa a acúmulo de cargo público por Assistentes Sociais, considerando a necessidade de os profissionais ingressarem em mais de um vínculo empregatício como forma de obtenção de certa "dignidade" salarial.

- Avanço de assédios morais/sexuais;

- *Implantação de instrumentos de gestão e controle do trabalho*, a exemplo do SUAP (referido linhas atrás), que captura por meio biométrico a presencialidade dos profissionais no trabalho e o *quantum* de tempo de trabalho devido, caso o total da carga horária não seja atingida; mas que por outro lado ignora completamente o trabalho excedido, que automaticamente é expropriado pela esfera estatal; dimensão que faz lembrar de formas de intensificação no trabalho analisadas por Rosso (2006, p. 33), quando afirma que "tanto menos recortado por paradas, interrupções, tempos de descanso, intervalos

4 "A dor musculoesquelética pode ser causada por doenças nos ossos, articulações, músculos, tendões, ligamentos, bursas ou uma combinação destes quadros clínicos". Fonte: FORTE-VILLA, Alexandra. Dor musculoesquelética. 2023. Disponível em: <Dor musculoesquelética - Distúrbios ósseos, articulares e musculares - Manual MSD Versão Saúde para a Família (msdmanuals.com)>. Acesso em: 09 de set. de 2023.

5 "O surgimento de doenças psicossomáticas vem de um distúrbio mental que afeta o estado físico. Portanto, trata-se de doenças em que fatores emocionais, ansiedade, depressão [...]", síndrome do pânico, estresse ocupacional, burnout etc., provocam profundos desgastem nos profissionais. Doenças psicossomáticas: o que são, lista das 40 mais comuns (2021). Disponível em: <Doenças psicossomáticas: o que são, lista das 40 mais comuns>. Acesso em: 09 de set. de 2023.

de qualquer ordem - genericamente chamados de "tempos mortos" - mais intenso é o trabalho, mais energias são consumidas do trabalhador e mais resultados produz".

Todas essas dimensões, de maneira velada ou mais direta se impõem cotidianamente ao labor profissional no âmbito dos IFETs como um "modus operandi" de trabalho que se sabe que, entrelaça-se ao "esgarçamento" planetário atual do trabalho em todas as áreas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O eixo de análise indicada até aqui apontou que no interior da crise estrutural do capital, cotidianamente se perfaz novas formas de expropriação do trabalho enquanto meio de alargamento do mais-valor. Nessa dinâmica, se destacam invariavelmente, o controle de tempos e movimentos no trabalho que, mediados pelas Tecnologias da Informação e Comunicação TICs, estabelecem novas formas de consumo da força de trabalho que, muitas vezes os próprios trabalhadores, alienados por essa condição, não conseguem perceber o "pântano" de sobre trabalho que estão imersos.

Nesse particular, fenômenos como alongamento, intensificação, apropriação indébita de tempo de trabalho, precarização nas condições de sua realização, se configuram como tendência que se incorporam na processualidade do trabalho em todos os espaços, não isentando dessa forma, o trabalho de assistentes sociais nos IFETs na Política de Educação, conforme vimos, entendida também como um dos eixos estruturantes da manutenção da dinâmica capitalista.

De mais a mais, isso ratifica intervenções com tendências cada vez mais imediatistas, pragmáticas, aligeiradas, intuitivas, fragmentadas e efêmeras que é explicada como parte dos atuais "esgarçamentos" do mundo do trabalho assalariado e do estabelecimento de um "modus operandi" de trabalhar que responde à processualidade em crise, mesmo no âmbito da esfera dos serviços.

Em face disto, há uma necessidade premente que se imposta nessa seara: dos profissionais tentarem ampliar no âmbito dos IFETs resistências no campo teórico, ético, político, investigativo e formativo como uma das estratégias de não se avassalar completamente ao "modus operandi" de trabalho que se impõe e que, urge ser realizado de forma pragmática e instrumental enquanto parte, nos termos de Antunes (2018), da fenomenologia da superexploração do trabalho, situação que, pode ser entendida como irrefutável, mas que carrega em si possibilidades de resistências, uma vez que a totalidade histórica do trabalho e da vida não estão terminadas, ao contrário, são (re) construídas e (re) inventadas todos os dias pela práxis humano-social dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. **Crise estrutural do capital, maquinofatura e precarização do trabalho:** a questão social no século XXI. Revista Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 235-248, jul./dez. 2013.

ANTUNES, R. A questão do emprego no contexto da reestruturação produtiva do trabalho no final do século XX. *In*: HORTA, C. R.; CARVALHO, R. A. A. de. **Globalização, trabalho e desemprego**: um enfoque internacional. Belo Horizonte: C/ Arte, 2001.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2018.

BAZZO, W. A. *et al*. **Educação tecnológica**: enfoque para o ensino de engenharia. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2008.

BEHRING, E. R. **Política Social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2016. v. 2. (Biblioteca Básica de Serviço Social)

BRASIL. **Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília: Presidente da República, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 08 set. 2023.

CANAAN, M. *et al*. Educação profissional: menos evasão e reprovação no ensino médio? *In*: FAHEL, M. *et al*. (org.). **Desigualdades educacionais & pobreza**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2013.

DAL ROSSO, S. Jornada de trabalho: duração e intensidade. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 58, n. 4, out./dez. 2006.

DOENÇAS psicossomáticas: o que são, lista das 40 mais comuns. 2021. Disponível em: https://www.psicanaliseclinica.com/doencas-psicossomaticas/. Acesso em: 09 set. 2023.

DUARTE, N. **A individualidade para si**: contribuição a uma teoria histórico-crítica da formação do indivíduo. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013. (Educação contemporânea).

FORTE-VILLA, A. **Dor musculoesquelética**. 2023. Disponível em: https://www.msdmanuals.com/pt-br/casa/dist%C3%BArbios-%C3%B3sseos,-articulares-e-musculares/sintomas-de-doen%C3%A7as-musculoesquel%C3%A9ticas/dor-musculoesquel%C3%A9tica. Acesso em: 09 set. 2023.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

KARL, M. **O capital:** crítica da economia política: o processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. L. 1.

LESSA, S. **O mundo dos homens:** trabalho e ser social. 3. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e revolução**. 4. ed. Florianópolis: Insular, 2013, Coleção Pátria Grande: I.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. Trad. Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008. (Coleção do Trabalho).

OLIVEIRA, R. P. de. Transformação da educação em mercadoria no Brasil. **Revista Educação & Sociedade**, [S. l.], out. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/sM4kwNzqZMk5nsp8SchmkQD/. Acesso em: 20 de agosto de 2023.

PAULO, N. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2012 (Questões da nossa época, v. 44).

PAULO, N.; BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca básica de Serviço Social, v.1).

SUAP. Sistema Unificado de Administração Pública: um software desenvolvido por uma instituição pública para instituições públicas. Disponível em: https://portal.suap.ifrn.edu.br/#historico. Acesso em: 07 set. 2023.

TONET, I. **Educação contra o capital**. [S. l.]: Edufal, 2012.

TONET, I. **Método científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Ed. Instituto Lukács, 2013.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS DE AUTORES E AUTORAS

1 Adriana Freire Pereira Férriz - Doutora em Sociologia, professora de Serviço Social na UFBA. Pesquisa democracia, controle social, políticas de educação e Serviço Social na educação. E-mail: adriana.ferriz@ufba.br

2 Eliana Canteiro Bolorino Martins - Pós-Doutora em Serviço Social pela UERJ (2019), doutora pela PUC/SP (2007) e mestre pela UNESP (2001). Docente na UNESP/SP e bolsista de produtividade CNPq. Lidera o GEPESSE e pesquisa política de educação e atuação do assistente social na educação e área sociojurídica. E-mail: elianacanteiro@terra.com.br

3 Wagner Roberto do Amaral - Graduado em Serviço Social, mestre e doutor em Educação, com pós-doutorados em Estudos Interculturais (México) e Educação Superior para Povos Indígenas (Argentina). Professor na Universidade Estadual de Londrina e ex-diretor de Diversidade na Secretaria de Educação do Paraná (2004-2010). Atua na coordenação nacional para implementar a Lei 13.935/2019 pela ABEPSS.Graduado em Serviço Social, Mestre e Doutor em Educação, Pós-doutorado em Estudos Interculturais pela Universidad Veracruzana/México e Pós-doutorado em Educação Superior para Povos Indígenas na América Latina pela Universidad Nacional Tres Febrero/Argentina. Professor do Departamento de Serviço Social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina. Atuou como Diretor do Departamento da Diversidade na Secretaria de Estado da Educação do Paraná (2004-2010). Membro da Coordenação Nacional pela Implementação da Lei 13.935/2019 – Assistentes Sociais e Psicólogas/os na educação básica representando a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

4 Eblin Farage - Assistente social formada pela UFF, mestre e doutora em Serviço Social pela UFRJ e UERJ. Professora associada e coordenadora do NEPFE na UFF. Trabalhou na Maré, onde ajudou a fundar a Redes da Maré, e pesquisa temas urbanos, favelas, educação popular e movimentos sociais. Assistente Social formada pela UFF, Mestre e Doutora em Serviço Social, pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ e da UERJ, respectivamente. Atualmente é professora associada da Escola de Serviço Social da UFF e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da UFF (PPGSSDR). Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares (NEPFE). Trabalhou na Maré por mais de dez anos, onde contribuiu com a fundação da Redes da Maré. Atualmente desenvolve pesquisas e projetos de extensão no campo da questão urbana, com ênfase em favelas e na Maré, educação popular, movimentos sociais e educação superior pública. E-mail: farage.eblin@gmail.com

5 Carlos Felipe Nunes Moreira - Faculdade de Serviço Social da UERJ. Doutor em Serviço Social. Graduando em Pedagogia. E-mail: felipe_pito@yahoo.com.br

6 Amor António Monteiro - Doutor e mestre em Serviço Social pela PUC-SP, diretor e professor na Universidade Católica de Angola e pesquisador no CNPq. Atua em saúde pública, auditoria e assistência social. Autor de dois livros e consultor em desenvolvimento comunitário.

7 Simão João Samba - Graduado em Serviço Social, com mestrado e doutorado pela PUC-SP e especialização em Agregação Pedagógica pela Universidade Católica de Angola. Professor e pesquisador na área de Serviço Social, atua em temas como exclusão social, desigualdade, juventude e trabalho informal.

8 Eliana Gricel Vasquez - Directora de Psicología Comunitaria y Pedagogía Social na Dirección General de Cultura y Educación de la Provincia de Buenos Aires. Professora adjunta em Política e Instituciones Educativas na Universidade Nacional de La Plata e em Teoria da Intervenção I na Universidade Nacional Arturo Jauretche. E-mail: elianagricelv@yahoo.com.ar

9 Rafael Gonçalves dos Santos - Assistente social, bacharel e mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Campus de Franca/SP). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas Públicas na Infância e Adolescência (GEPPIA).Assistente Social.Bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadua. ORCID: http://orcid.org/0000-0003-3096-7223. E-mail: rafael.goncalves@unesp.br.

10 Eliana Bolorino Canteiro Martins - Assistente social, doutora em Serviço Social pela PUC/SP e Pós-Doutora pela UERJ. Docente na UNESP (Campus de Franca/SP) e bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq (nível 2). Coordenadora do GEPESSE, com linha de pesquisa em Estado, Políticas Sociais e Serviço Social. Assistente Social. ORCID: orcid.org/0000-0002-7796-8437. E-mail: elianacanteiro@terra.com.br.

11 Yukari Yamauchi Moraes - Bacharel em Serviço Social e discente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP (Campus de Franca/SP), sob orientação da Prof.ª Dr.ª Eliana Bolorino Canteiro Martins. Membro do GEPESSE, com linha de pesquisa em Estado, Políticas Sociais e Serviço Social. ORCID: 0000-0001-8730-7053 E-mail: yukari.yamauchi@unesp.br

12 Paula Cunha Guimarães Batatel Belmonte Santana - Assistente social, graduada pela UERJ, com especializações em Projetos Sociais e Saúde do Idoso. Mestre em Serviço Social pela PUC-SP. Coordenadora de equipe multiprofissional em educação profissional e membro de grupo de estudos sobre Serviço Social na Educação. ORCID: 0009-0003-5716-0187. E-mail: paulacunhag@hotmail.com

13 Williana Angelo - Assistente social no Instituto Federal de São Paulo – IFSP, doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -PUC/SP., ORCID: 0000-0001-6708-6628. E-mail:, williangel@gmail.com

14 Fernanda Andrade Garcia - Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Unesp/Franca - SP. Integrante do grupo de pesquisa FIAPO/UNESP-Franca. ORCID: 0000-0003-2023-1167. E-mail: fernanda.garcia@unesp.br

15 Gustavo José de Toledo Pedroso - Professor da Unesp/Campus de Franca, docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, SP. Doutor em Filosofia pela USP e Pós-Doutorado em Filosofia pela USP. Coordenador do grupo de pesquisa FIAPO/UNESP-Franca. ORCID: 0000-0001-6555-0175. E-mail: gustavo.pedroso@unesp.br

16 Edgar Antônio Nery Alves Camelo - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Goiás. Pós-Graduado, Lato Sensu em Docência Universitária pela Universidade Estadual de Goiás, (UEG). Mestrado em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás, (PPGS/UFG). Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Membro pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisa de Aprofundamento Marxista, NEAM. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Movimentos Sociais NEMOS. ORCID 0009-0009-6744-8583. E-mail: edgarnery@gmail.com

17 George Francisco Ceolin - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pelo Centro Universitário de Lins. Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor Adjunto e Coordenador do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Goiás. Membro do Grupo de estudos Motyrõ - Trabalho, Questão Social e Direitos Humanos na Periferia do Capitalismo, da Universidade Federal de Goiás, e do Núcleo de Estudos e Pesquisas Fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade (NEFSSC), da Universidade Federal do Rio de Janeiro. ORCID 0009-0000-66171847. E-mail: georgeceolin@ufg.br.

18 Tereza Cristina Pires Favaro - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Doutorado em História pela Universidade Federal de Goiás. Professora Adjunto da Universidade Federal de Goiás. ORCID: 0000-0003-4265-9965. E-mail: favaro@ufg.com

19 Aline Miranda Cardoso - Assistente social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestrado em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Assistente social do Instituto Federal do Rio de Janeiro. Membra do Núcleo de Mapeamento e Articulação em Ruptura (Numar) - o Serviço Social na Assistência Estudantil. ORCID: 0009-00012837-0041. E-mail: aline.cardoso@ifrj.edu.br.

20 Arlene Vieira Trindade - Assistente social, graduada e mestre em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense. Doutoranda em Serviço Social pela UERJ. Atua no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca e é membro do Núcleo de Mapeamento e Articulação em Ruptura (Numar). ORCID: 0000-0002-4021-2783. E-mail: arlenetrindade@yahoo.com.br.

21 Jéssica Oliveira Monteiro - Assistente social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense - Campus Rio das Ostras. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Assistente social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Membra do Núcleo de Mapeamento e Articulação em Ruptura (Numar) - o Serviço Social na Assistência Estudantil. ORCID: 0000-0002-5993-9253 E-mail: jessicaoliveiramont@gmail.com.

22 Patricia Lima do Nascimento - Assistente social, graduada em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense e mestre pela UERJ. Doutoranda em Serviço Social na UERJ e atua na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Membra do Núcleo de Mapeamento e Articulação em Ruptura (Numar). ORCID: 0000-0002-6024-8302. E-mail: patilimaseso@gmail.com.

23 Elaine Cristina Estevam - Psicóloga Social. Graduação em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista. Mestranda em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista. Psicóloga da Prefeitura de Franca. Membra do grupo de estudos GESTA. ORCID: 0000-0002-0426-6485. E-mail: elaine.estevam@unesp.br

24 Maria José de Oliveira Lima - Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista. Docente do Departamento de Serviço Social - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista. Líder do Grupo de estudos GESTA. ORCID: 0000-0002-2561-8929. E-mail: maria.jose-oliveira-lima@unesp.br

25 Eduardo Lima - Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Pós-Graduando em Serviço Social na Educação. Membro do Grupo de Pesquisa em Gênero, Ética, Educação e Política - GEEP e do Grupo de Pesquisa Educação, Direitos Humanos e Interseccionalidades. ORCID: 0000-0002-6356-5100. E-mail: elima2929@gmail.com

26 Maria Fernanda Avila Coffi - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa. Membra do grupo de pesquisa Educação, Direitos Humanos e Interseccionalidade. ORCID: 0000-0002-6708-3459. E-mail: mfernandacoffi@gmail.com

27 Ewerton da Silva Ferreira - Licenciado em Ciências Humanas e mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Pampa. Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina. Membra do NEJUC - Núcleo de Estudos da Educação e Juventude Contemporânea ORCID: 0000-0001-7588-0338. E-mail: ewertonferreira266@gmail.com

28 Por: Amanda Bersacula - Assistente social, graduada pela UniRedentor, com mestrado em Ensino pela UFF e doutoranda em Educação na mesma instituição. Atua no Instituto Federal Fluminense (IFF) e é membro do Núcleo de Tradução, Estudos e Interpretação das Obras da Teoria Histórico-Cultural. NUTHIC. ORCID: 0000-0002-7107-7756. E-mail: amanda.bersacula78@gmail.com

29 Zoia Prestes - Pedagoga com graduação e mestrado em Ciências Pedagógicas pela Universidade Estatal de Pedagogia de Moscou (MGPU). Doutora em Educação pela UnB. Professora na Faculdade de Educação da UFF, atuando nas licenciaturas e no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu/UFF). Coordenadora do Núcleo de Tradução, Estudos e Interpretação das Obras da Teoria Histórico-Cultural (NUTHIC). ORCID: 0000-0002-1347-3195. E-mail: zoiaprestes@id.uff.br

30 Maria Gabriela Pereira da Silva - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Londrina -UEL, especialista no atendimento à criança e ao adolescente vítima de violência. Mestrado em Serviço Social pela UEL. Assistente Social do Hospital Universitário de Londrina. ORCID: https://orcid.org/0009-0008-1770-7498. E-mail: maria.gabrielaa@uel.br.

31 Ana Patrícia Pires Nalesso - Assistente social, especialista em saúde pública, mestre pela PUC-SP e doutora pela UEL. Coordenadora de pesquisa sobre desigualdade social em Londrina e do projeto de extensão "Recriar". Professora no Departamento de Serviço Social da UEL. Orcid ttps://orcid.org/0000-0002-2903-738X , E-mail apatriciapn@uel.br.

32 Cristiano Costa de Carvalho - Assistente social, graduado em Serviço Social pela PUC Minas. Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local. Doutorando em Serviço Social pela FCHS/UNESP e bolsista CAPES. Professor no IEC/PUC Minas. Membro do GEPESSE e do QUAVISSS.E-mail: cristiano.c.carvalho@unesp.br

33 Eliana Bolorino Canteiro Martins - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Instituição Toledo de Ensino de Bauru. Mestrado em Serviço Social pela UNESP/Campus de Franca. Doutorado em Serviço Social pela PUC/SP. PósDoutorado em Serviço Social pela UERJ. Livre Docência pela UNESP/Campus de Franca. Docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social UNESP/Franca. Bolsista de Produtividade em Pesquisa pelo CNPq - Nível 2. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na Educação (GEPESSE). E-mail: elianacanteiro@terra.com.br

34 Eunice Paulo Chichava - Licenciada em Planificação e Administração de Gestão de Educação pela Universidade Pedagógica da Cidade de Maputo, Moçambique. Gestora de recursos humanos desde 2011 no Governo do Distrito de Boane. Mestranda em Planejamento e Análise de Políticas Públicas pela UNESP - Campus de Franca. E-mail: e.chichava@unesp.br

35 Juliana Viegas Guimarães - Assistente Social. Graduação em Serviço Social e especialista em Instrumentalidade e Técnicas-Operativas em Serviço Social, ambos pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: juviegasg@gmail.com

36 André Monteiro Moraes - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba. Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Proteção Social (GETRAPS - UEPB). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Serviço Social na área de Educação (GEPESSE - UFBA/UNESP/UERJ). Membro do Grupos de Estudos O círculo de Bakhtin em diálogo (cadastrado no DGP/CNPq/UEPB). Membro do Grupo de Pesquisa A Reforma do Ensino Médio (Lei no 13.415/2017): implicações para as redes estaduais e institutos federais da Região Nordeste (IFRN). Membro da Subcomissão de Educação da Seccional Campina Grande do CRESS 13 Região/Paraíba. ORCID: https://orcid.org/0000-00033425-0457. E-mail: andre.monteiro063@gmail.com

37 Edna Medeiros do Nascimento - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba. Assistente Social da Pró-Reitoria Estudantil, da Universidade Estadual da Paraíba. Membro da Subcomissão de Educação da Seccional do CRESS/Campina Grande/PB, ORCID https://orcid.org/0009-0009-8510-9008. E-mail: ednamedeirosnascimento@gmail.com .

38 Kivania Karla Silva Albuquerque Cunha - Assistente Social graduada pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, com Especialização em Políticas Públicas e Assistência Social pela Fundação Universitária de Apoio ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão – FURNE. Mestrado em Serviço Social pelo programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UEPB. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na Educação (GEPESSE), vinculado à UNESP de Franca/SP. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Básica (PPGEd/CH-UFCG/CNPQ). Membro da Subcomissão de Educação do CRESS/Seccional de Campina Grande-PB. Assistente Social da rede pública de educação básica do município de Areial-PB. ORCID https://orcid.org/0000-0002-0426-827X E-mail: kivaniass@gmail.com

39 Maria Dolores Melo do Nascimento - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Assistente Social da Prefeitura Municipal de Campina Grande (PMCG). Atualmente, integra o Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Básica (PPGed/CH-UFCG/CNPQ). ORCID:0009-0008-9948-0759. E-mail:maria.dolores@estudante.ufcg.edu.br

40 Maria Noalda Ramalho - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutorado em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Assistente Social da Prefeitura Municipal de Campina Grande (PB), com exercício na Política de Educação. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na área da Educação (GEPESSE), vinculado aos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social da Unesp, UERJ e UFBA. Membro da Subcomissão de Educação da Seccional Campina Grande do CRESS 13 Região/Paraíba. ORCID https://orcid.org/0009-0004-8699-9624 . E-mail: noaldaramalho@hotmail.com.

41 Flávia Pacheco Sanchez - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). ORCID: 00090008-6707-7930. E-mail: flavia.pacheco@unesp.br

42 Andreia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Mestrado em Ciências Médicas pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (USP) e Doutorado em Serviço Social pela UNESP. Pós Doutorado na Universidad Pablo de Olavide - Espanha. Docente do departamento de Serviço Social da UNESP/Franca. Líder do GEPAPOS (Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Participação nas Políticas Sociais). ORCID: 0000-0002-0691-7528. E-mail: andreia.liporoni@unesp.br

43 Ariane Rego Paiva - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestrado e Doutorado em Política Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Docente do departamento de Serviço Social da PUC-Rio. Líder do Grupo de Pesquisa do CNPq Estado, Sociedade, Políticas e Direitos Sociais - GESPD/ PUC-Rio. ORCID: 0000-0002-5827-6355. E-mail: arianepaiva@puc-rio.br

44 Ana Laura Batista Marques - Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista. Membra do Núcleo de Estudos da Tutela Penal e Educação em Direitos Humanos (NETPDH). ORCID: 0009-0006-6290-7435. Email:ana.b.marques@unesp.br.

45 Maria Yumi Buzinelli Inaba - Graduanda em Direito pela Universidade Estadual Paulista. Membra do Grupo de Estudos e Pesquisa em Propriedade Intelectual e Desenvolvimento Econômico-Social (GEPPIDES), do Grupo de Pesquisa em Direito e Mudança Social (DeMuS) e do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas "Elza Andrade de Oliveira" (Nepps). ORCID: 0009-0006-8818-1206. E-mail: maria-yumi.inaba@unesp.br.

46 Fábia Halana Fonseca Rodrigues Pita - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. Assistente Social da Prefeitura Municipal de João Pessoa - PB. Membra do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais - GEPEDUPSS - UFPB. ORCID: 0000-0003-4776-6241. E-mail: fabiahalana@hotmail.com

47 Maria Francisca Máximo Dantas - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Assistente Social da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG/ Campus Cuité-PB). Membro do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) do CES/UFCG. Membra do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais – GEPEDUPSS – UFPB. ORCID: 0000-0003-3489-8034. E-mail: mariamaximodantas@yahoo.com.br .

48 Thélia Priscilla Paiva de Azevedo - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. Assistente Social da Prefeitura Municipal de João Pessoa-PB. Membra do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais – GEPEDUPSS - UFPB. ORCID: 0000-0002-2546-8828. E-mail: theliapaiva@gmail.com.

49 Ney Luiz Teixeira de Almeida - Professor Associado da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Graduado em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1986), Mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense (1996) e Doutor em Educação pela Universidade Federal Fluminense (2010). Tem experiência nas áreas de Educação e de Serviço Social. Atua principalmente em atividades de ensino de graduação e pósgraduação, pesquisa, extensão universitária e assessoria vinculadas ao trabalho no âmbito das políticas públicas, particularmente, na política educacional. Membro do corpo de professores permanentes do Programa de PósGraduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da UERJ e membro do corpo de professores colaboradores do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da (PPFH) da UERJ. Vice-líder do Diretório Grupo de Pesquisa "Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Serviço Social na área de Educação (GEPESSE). ORCID: 0000-0003-2865-7330. Email: neylta@hotmail.com

50 Natália Ibiapino Proença - Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, bolsista do Núcleo de Sistematização de Experiências do campo de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NSEP-UERJ) e membra do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social na área da Educação (GEPESSE). ORCID: 0000-0001-7732-4773. Email: nataliaibproenca@gmail.com

51 Edilene Rodrigues de Santana Silva - Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, extensionista e estagiária do NSEPP membra do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social na área da Educação (GEPESSE). ORCID: 0009-0004-2384-9899. Email: edilenerss1@gmail.com

52 Brenda do Nascimento Gama - Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e bolsista do Núcleo de Sistematização de Experiências do campo de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NSEPP-UERJ) e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social na área da Educação (GEPESSE). ORCID: 0009-0006-9949-0127 Email: brenda.gama@yahoo.com

53 Yasmin Oliveira Burgos - Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, bolsista e estagiária do projeto de extensão Núcleo de Sistematização de Experiências do campo de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NSEP-UERJ) e membra do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social na área da Educação (GEPESSE). ORCID: 0009-0007-8245-9569. Email: yasmin.burgos.03@gmail.com

54 Adeildo Vila Nova - Assistente social no Tribunal de Justiça de São Paulo, doutorando em Serviço Social pela PUC-SP e mestre em Serviço Social e Políticas Sociais pela UNIFESP. Pesquisador nos núcleos de Identidades, Aprofundamento Marxista e Crianças e Adolescentes da PUC-SP, além de Diretor-Primeiro Secretário na AASPTJ-SP. ORCID: 0000-0001-8014-1804. E-Mail: adeildovilanova@yahoo.com.br

55 Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Mestrado em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), Doutorado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Assistente Social na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Membra do grupo de estudos Fundamentos do Serviço Social: Trabalho e Questão Social. ORCID: 0009-0008-1068-1766. E-mail: cleonilda.dallago@unioeste.br.

56 Marize Rauber Engelbrecht - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutorado e Pós-Doutorado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Membra do grupo de pesquisa Fundamentos do Serviço Social: Trabalho e Questão Social e do Grupo de Estudo e Pesquisa e Políticas Ambientais e Sustentabilidade/ GEPPAS. ORCID: 0000-0002-7657-0662. E-mail: omarize@hotmail.com.

57 Vantuir Trevisol - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Mestrando do Programa de Pós Graduação em Serviço Social – PPGSS da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. ORCID: 0009-0009-4715-4705. E-mail: vantuirtrevisol@hotmail.com.

58 Yara Dias Fernandes - Assistente Social formada pelo Centro Universitário do Sul de Minas Gerais (UNIS/MG) e mestre em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade pela Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI). Atualmente, atua no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS-Campus Machado) e é membro do Núcleo de Estudos em Educação, Gênero e Sexualidade do mesmo campus. ORCID: 0000-0003-2996-7074. E-mail: yara.dfernandes@gmail.com.

59 Lilian Aparecida Carneiro Oliveira - Pedagoga no IF Sudeste MG Campus Rio Pomba. Doutoranda em Economia Doméstica na Universidade Federal de Viçosa (UFV). ORCID: 0000-0002-1543-7964. E-mail: lilian.carneiro@ifsudestemg.edu.br.

60 Lilian Perdigão Caixêta Reis - Professor Associado I da Universidade Federal de Viçosa, no Departamento de Educação. Pós-Doutorado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). ORCID: 0000-0001-6827-871X. E-mail: lilian.perdigao@ufv.br.

61 Emmanuella Aparecida Miranda - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela FAMINAS e Pedagogia pela UNIRIO. Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Viçosa. Doutoranda em Economia Doméstica pela UFV. Assistente Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais Campus Muriaé. Membra do grupo de estudos Trabalho, sociabilidade e gênero da Universidade Federal de Viçosa. ORCID: 0000-0002-5562-8159. E-mail: emmanuella.miranda@ufv.br

62 Débora Spotorno Moreira Machado Ferreira - Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UERJ. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2011). Recebe Bolsa de Incentivo à Qualificação do Instituto Federal Fluminense - Campus Macaé, instituição onde atua como assistente social desde 2014. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Serviço Social na Educação (GEPESSE) e do Grupo de Estudos Gramsci e Educação. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9902-4683 Email: deboraspotorno@gmail.com

63 Nívia Barreto dos Anjos - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela UCSAL. Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania pela UCSAL. Doutoranda em Serviço Social no Instituto Universitário de Lisboa. Especialista em Gestão de Políticas Públicas de Ensino e no Programa Integral da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) pelo CEFET-BA. Assistente Social do IF Baiano Campus Santa Inês. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na Educação – GEPESSE. ORCID: https://orcid.org/00000002-4225-9868. E-mail: nivia.barreto@ifbaiano.edu.br

64 Mariana Mendes Novais de Oliveira - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela UFBA. Especialista em Práticas do Serviço Social nas Políticas Públicas pela UNIFACS., Assistente Social do IF Baiano – Campus Valença. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-2939-4480. E-mail: mariana.oliveira@ifbaiano.edu.br

65 Tatiana Pereira Sodré - Graduada e doutora em Psicologia, com MBA em Gestão de Recursos Humanos e especializações em EAD e Psicoterapia. Professora no Instituto Federal de Roraima, possui ampla experiência em psicologia organizacional, atuando em docência, consultoria e projetos de avaliação de políticas públicas.

66 Alexandra de Oliveira Rodrigues Marçulo - Mestre em Educação pela UFRRJ, especialista em Psicologia Hospitalar e graduada em Psicologia. Psicóloga no IFRR, atua em Psicologia do Trabalho e Organizacional, focando em qualidade de vida, saúde do servidor e psicologia positiva. Possui experiência em Psicologia Escolar e Educacional.

67 Wilma Moraes - Graduada em Serviço Social pela UFRJ e mestre em Educação pela UFRRJ. Assistente social no Instituto Federal Fluminense, com experiência em educação e saúde pública, focando em saúde do trabalhador, assistência estudantil e prevenção nas escolas.

68 Lígia da Nóbrega Fernandes - Graduação em Serviço pela UERN, Mestrado em Serviço Social pela UFRN e Doutora em Serviço Social pela (UNESP/Franca). Atualmente, é docente do Curso de Graduação em Serviço Social na Universidade Estadual de Roraima-UERR, Assistente Social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima-IFRR (Campus Boa Vista) e compõe o GEPESSE (UNESP/Franca). ORCID: 0009-0004-7941-1132. E-mail: ligiadanobrega@gmail.com

69 Vanilda Soares Santos - Mestranda em Serviço Social (UNIFESP) Brasileira, Graduada em Serviço Social (UNISAL), atuando nas políticas de ações afirmativas na UNICAMP. E-mail: vani@sae.unicamp.br

70 Cibele Papa Palmeira - Coordenadora do Serviço Social do Serviço de Apoio ao Estudante (SAE) da Unicamp. Graduada em Serviço Social pela PUC Campinas-SP (1998). Pós graduada em Serviço Social em Pediatria (Unicamp - 1999). E-mail: cibelepp@unicamp.br

71 Vanessa Tank Piccirillo Komesu - Assistente Social do Serviço de Apoio ao Estudante (SAE) Unicamp - E-mail: vanessptk@unicamp.br

72 Franciana Nogueira Correa - Assistente Social do Serviço de Apoio ao Estudante (SAE) Unicamp - E-mail: francinc@unicamp.br

73 Sônia Maria Pereira - Assistente Social do Serviço de Apoio ao Estudante (SAE) Unicamp - E-mail: somape@unicamp.br

74 Joelma Mendes dos Santos - Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestre em Serviço Social (PPGSS/UFBA), e-mail: joelmams@hotmail.com.

75 Célia Maria Grandini Albiero - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Instituição Toledo de Ensino de Bauru/SP (ITE/SP). Mestrado e Doutorado em Serviço Social (PUC/SP). Docente em Serviço Social (UFT/TO). Líder e Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Serviço Social, Formação e Exercício Profissional (GEPESSFEP). Em estágio Pós-Doutoral no PPGIDH (UFG). ORCID: 0000-0002-9036-7134. E-mail: celiaalbiero@uft.edu.br.

76 Maísa Miralva da Silva - Assistente Social. Graduação pela PUC Goiás em Serviço Social (PUC-Goiás). Mestrado e Doutorado em Política Social pela UnB. Docente em Serviço Social (PUC-Goiás) e atualmente Pró-Reitora de Assuntos Estudantis (UFG). Supervisora Adjunta do Pós-Doutorado no PPGIDH (UFG). ORCID: 0000-0003-2852-5362. E-mail: maisa@ufg.br.

77 Ricardo Barbosa de Lima - Cientista Social. Licenciatura em Ciências Sociais (UFG). Bacharelado em Ciências Sociais (UFG). Mestrado em Sociologia (UnB). Doutorado em Desenvolvimento Sustentável (UnB), com período sanduíche na UNAM, México. Docente e Supervisor do Pós-Doutorado do PPGIDH/NDH (UFG). ORCID: 0000-0002-0819-620X. Email: ricardobl@ufg.br.

78 Ivanice de Oliveira Candido Neres - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Mestranda no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Serviço social na UNIOESTE. Assistente Social na Universidade Federal do Paraná - Setor Palotina-PR. ORCID: 0001-9159-550X. E-mail: ivanice_candido@hotmail.com

79 Jaqueline Budny - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Mestranda no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Serviço social na UNIOESTE. Assistente Social na Universidade Federal do Paraná - *campus* Toledo-PR. ORCID: 0009-0000-4959-6480. E-mail: jaquelinebudny@yahoo.com.br.

80 Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago - Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP). Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNIOESTE - *campus* Toledo-PR. ORCID:0009-0008-1068-1766 E-mail: cleonilda.dallago@unioeste.br

81 Merielle Martins Alves - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Unimontes. Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia. Assistente Social da Universidade Federal de Uberlândia-UFU. ORCID: 0009-0004-34439246. E-mail: merielle.martins@ufu.br

82 Clara Rodrigues da Cunha Oliveira Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp).Especialista em Instrumentalidade do Serviço Social Universidade Cândido Mendes. Assistente Social da Universidade Federal de Uberlândia-UFU. ORCID: 0009-0002-2809-4726. E-mail: claracunha@ufu.br

83 Fernanda Rodrigues Arrais - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Doutoranda do Programa de Estudos PósGraduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense. Assistente Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Membra do grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na área da Educação. ORCID: 0009-0003-5142-0152. E-mail: ferodrigues0505@gmail.com

ÍNDICE REMISSIVO

1. Assistência Estudantil

29, 44, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 249, 251, 261, 301, 349, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 452, 469, 471, 507, 508, 509, 518, 519, 521, 525, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 538, 539, 540, 541, 544, 545, 546, 547, 548, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 566, 568, 569, 570, 571, 573, 574, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 586, 587, 588, 589, 590, 596, 601, 602

2. CFESS (Conselho Federal de Serviço Social)

19, 24, 25, 34, 44, 47, 56, 61, 62, 69, 91, 93, 117, 137, 141, 143, 154, 224, 241, 282, 292, 293, 308, 309, 508, 509, 536, 549, 568, 595

3. CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico)

24, 25, 219, 300

4. COVID-19

15, 43, 204, 208, 213, 232, 236, 264, 265, 266, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 276, 277, 283, 285, 286, 288, 293, 309, 349, 382, 460, 470, 478, 481, 482, 483, 486, 487, 493, 502, 523, 572

5. Direitos Humanos

62, 117, 121, 124, 127, 193, 195, 199, 249, 250, 266, 285, 317, 321, 322, 323, 324, 343, 364, 460, 461, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 473, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 554, 555, 556, 557, 558

6. Direitos Sociais

15, 28, 116, 117, 118, 119, 122, 126, 143, 145, 221, 222, 225, 226, 227, 242, 243, 282, 300, 304, 311, 334, 336, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 373, 401, 419, 442, 501, 534, 548, 549, 555, 565, 569

7. ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente)

29, 44, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 249, 251, 261, 301, 349, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 452, 469, 471, 507, 508, 509, 518, 519, 521, 525, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 538, 539, 540, 541, 544, 545, 546, 547, 548, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 566, 568, 569, 570, 571, 573, 574, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 586, 587, 588, 589, 590, 596, 601, 602

8. Educação Básica
43, 44, 45, 47, 48, 49, 54, 56, 124, 125, 144, 211, 218, 219, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 232, 233, 235, 238, 239, 241, 242, 243, 249, 251, 261, 269, 276, 280, 281, 282, 283, 285, 286, 288, 291, 292, 293, 298, 299, 300, 301, 304, 307, 308, 309, 310, 312, 336, 355, 357, 358, 400, 415, 417, 418, 419, 421, 422, 429, 431, 434, 442, 503, 515, 588, 601

9. Educação Inclusiva
68, 348, 349, 350, 352, 353, 354, 355, 357, 358

10. Educação Popular
14, 15, 16, 59, 42, 51, 52, 60, 61, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 74, 84, 85, 117, 193, 249, 347, 365, 475, 476, 608, 613

11. EJA (Educação de Jovens e Adultos)
48, 75, 222, 333, 334, 335, 336, 337, 339, 340, 341, 342, 344, 423, 431

12. Ensino Fundamental
30, 49, 233, 310, 326, 334, 337, 341, 349, 431, 550

13. Ensino Médio
29, 49, 88, 221, 222, 223, 233, 235, 236, 251, 326, 337, 341, 354, 356, 358, 401, 414, 415, 417, 419, 421, 421, 422, 423, 429, 438, 469, 504, 518, 519, 252, 540, 565, 586, 596, 597, 598

14. Equipes Multiprofissionais
35, 44, 50, 54, 125

15. Ética Profissional
125, 540

16. Evasão Escolar
28, 35, 89, 93, 242, 269, 276, 285, 286, 288, 296, 327, 339, 603

17. Experiências Profissionais
14, 24, 50, 365, 370, 532, 547

18. Formação Continuada
52, 53, 55, 56, 124, 125

19. GEPESSE (Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Serviço Social na Educação)
14, 15, 18, 19, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 36, 38, 39, 42, 43, 47, 52, 60, 75, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 300

20. Gestão Democrática
30, 34, 54, 69, 230, 549, 551, 552, 556

21. Indicadores Sociais
265, 266, 267, 277, 384, 578, 579, 584, 585, 586, 589

22. Interdisciplinaridade
304, 305

23. Intersetorialidade
367

24. Lei de Diretrizes e Bases da Educação
46, 221, 225, 350, 418, 518, 552

25. Modalidades de Ensino
20, 25, 125, 239, 244, 356, 437, 468

26. Movimentos Sociais

14, 16, 24, 62, 65, 69, 70, 114, 116, 122, 124, 126, 140, 187, 193, 196, 221, 222, 223, 225, 228, 249, 315, 364, 365, 366, 367, 388, 394, 398, 399, 400, 404, 405, 406, 450, 520, 550, 571, 580, 597

27. Pesquisa e Extensão

76, 203, 204, 205, 212, 310, 351, 430, 431, 452, 566, 572, 580, 581

28. Política de Educação Pública

299

29. Políticas Públicas

28, 33, 60, 62, 63, 65, 106, 113, 120, 122, 124, 126, 127, 141, 153, 186, 212, 218, 223, 225, 226, 232, 233, 236, 238, 241, 242, 250, 251, 252, 259, 265, 266, 267, 270, 277, 281, 282, 286, 325, 328, 329, 340, 342, 344, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 371, 372, 384, 386, 394, 403, 405, 421, 424, 434, 435, 436, 438, 442, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 517, 547, 584, 585

30. Práticas Educativas

53, 77, 144, 310, 399

31. Processo de Trabalho

27, 154, 249, 250, 251, 252, 301, 311, 367, 395, 454, 500, 522, 529, 531, 532, 536, 538, 589

32. Qualidade da Educação

34, 353, 418, 553

33. Relações Étnico-Raciais

10, 378, 379, 380, 381, 388

34. Trabalho Pedagógico

416

35. Vulnerabilidade Social

35, 171, 181, 238, 339, 350, 517, 519, 530, 531, 565, 570, 584, 587

Esperançar!! Os desafios, as perspectivas e possibilidades deste verbo se revelam nesta obra, resultado de muitas mãos que tecem a reafirmação de que é possível provocar transformações nesta sociedade em que vivemos.

Este e-book é um dos resultados, uma síntese, do que vivenciamos no III Seminário Internacional de Serviço Social na Educação, realizado na cidade de Franca/SP, nos dias de 07 a 09 de dezembro de 2024. De fato, uma pequena, mas profunda síntese, pois revela alguns dos temas discutidos na terceira edição de um evento que já compoe a agenda do Serviço Social brasileiro.

Esta obra revela, desta forma, as marcas de um caminho que foi sendo aberto e trilhado de forma coletiva e participativa pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social da Educação (GEPESSE) criado oficialmente no ano de 2010 mas com ações que já vinham se constituindo há mais tempo por suas e seus idealizadoras/es. Assim tem sido o percurso do GEPESSE, um dos mais importantes coletivos sobre Serviço Social na Educação no Brasil e que, na sua trajetória, assume a tarefa de mobilizar, convidar, provocar e refletir de forma polifônica e dialógica com as/os estudantes, profissionais, gestoras/es e pesquisadoras/es de diferentes áreas do conhecimento.

Como nos inspira Paulo Freire, esperançar não é simplesmente espera, mas sim, levantar-se e juntar-se com as/os outras/os para fazer de outro modo! Este nosso e-book representa esse modo de pensar a educação e o Serviço Social como possibilidades de formação crítica, emancipatória, reflexiva e propositiva, dialogando entre diferentes experiências profissionais, entre diferentes áreas do conhecimento, entre diferentes realidades brasileiras e internacionais.

Embaladas/os e inspiradas/os pelas reflexões e experiencias da educação popular, avançamos nos desafios e nas possibilidades de pensar e fazer Serviço Social na e da educação, projetando nossa participação nos processos de democratização da educação publica, laica, gratuita, intercultural, de qualidade e socialmente referencializada. Do chão das escolas publicas, dos Institutos Federais, das Universidades, das salas de aula e dos espaços de gestão, fomos somando e refletindo nossas experiencias gerando um movimento que segue provocando mudanças históricas na nossa categoria profissional e nas políticas educacionais brasileiras.

Desejo que a leitura desta obra provoque nas leitoras e leitores a inspiração e a coragem necessárias para fazer da educação uma ferramenta de transformação na luta anticapitalista, antirracista, antifascista dentre outras frentes que nos provocam juntas/os a pensar num outro mundo possível!

Prof. Dr. Wagner Roberto do Amaral
Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Este livro que nos chega às mãos é a pura expressão do compromisso, determinação, entusiasmo e vitalidade coletiva das e dos assistentes sociais com a Educação no Brasil e países afins.

Ele nos alcança em um momento fundamental, visto a Lei 13935/2019. Contudo, importa destacar a magnitude metodológica do processo que o constituiu. Estamos diante de uma laboração única advinda de uma pesquisa robusta e de um processo de debates e produção acadêmica que envolveu sujeitos históricos, entidades de representação da categoria e instituições de ensino. Um trabalho como este, que certamente não se encerra neste livro, potencializa a luta, o trabalho e eleva a estima de uma categoria que no cotidiano intervém na dura realidade presente nas manifestações da Questão Social.

Após a leitura temos a certeza de que o Serviço Social está preparado para o trabalho multiprofissional na Educação. Somos uma rede espraiada pelo país, sustentada por referenciais teórico-metodológico e ético-políticos sólidos e críticos e que se vale do legado da geração de 1965 que orientou o fazer político pedagógico da profissão sob o horizonte da emancipação humana.
Sigamos agradecidos às e aos "compas" do GEPESSE que nos ensinam que esperançar é preciso!

Profa. Dra. Kênia Augusta Figueiredo
Departamento de Serviço Social/SER/UnB
Programa de Pós-Graduação em
Políticas Sociais SER/ICH/UnB

ISBN: 978-65-86839-35-7
9 786586 839357